



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**RECIBO DE FORNECIMENTO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 001/2022**

Modalidade: **CREDENCIAMENTO**

Tipo: **PRESENCIAL**

Processo Administrativo nº: **03516/2022**

Objeto: Constitui o objeto do presente credenciamento de empresa(s) pessoa jurídica, para contrato administrativo em caráter permanente, com profissionais na área de psicóloga, para prestação de serviços na execução das Atividades de Gestão Social do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que compõem o SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, Estado de Goiás, até 28 de dezembro de 2022.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ nº _____
_____ retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de
qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo telefone:
_____ e fax: _____.

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

OBS.: Este recibo deverá ser remetido AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE-GOÍÁS.

PELO E-MAIL: licitacaoburitialegre@hotmail.com PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

OBS. Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em lei faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a administração da obrigação de qualquer eventual informação deste pregão diretamente ao licitante.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2022.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.667.287/0001-12, comunica que realizará, na sala de licitação, situado a Rua Goiás, nº 563, Centro, Buriti Alegre - GO, **a partir do dia 03 de agosto de 2022 até 28 de dezembro de 2022, com início das 07:00 às 11:00 horas e/ou 13:00 às 17:00 horas, todas quartas – feiras**, em caráter permanente, o credenciamento para prestação de serviços profissionais na área de psicologia para atenderem no SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações constantes dos anexos I, II, do edital, que torna público para os interessados a participarem do procedimento de credenciamento, apresentar documentação e proposta, conforme condições deste **EDITAL** e por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei nº. 8883/94, de 08 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e suas posteriores alterações, e fundamentada pela a instrução normativa do TCM nº 07/2016, e respectivas alterações dadas pela instrução normativa do TCM nº 01/2017.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente credenciamento de empresa(s) pessoa jurídica para contrato administrativo na prestação de serviços com profissionais na especialidade de Psicologia para atenderem na execução das Atividades de Gestão Social do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que compõem o SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, sendo os contratos celebrados ANUALMENTE, podendo ser prorrogados conforme Art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

1.2 - Os serviços constam no quadro abaixo do presente edital.

Especialidade	Pré-requisito	Descrição das atividades	Carga Horária	Vencimentos	Nº de Vagas
Psicóloga	Ensino superior completo em Psicologia, devidamente registrado no CRP	Executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificando as vulnerabilidades de indivíduos ou famílias e as necessidades de ofertar orientações qualificadas, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, éticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; desenvolver atividades sócio educativas de apoio, acolhida, reflexão e participação, que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária; atendimento à família (acolhimento, entrevistas, orientação, visitas domiciliares) sempre com a perspectiva multidisciplinar e levando-se em consideração a missão e os objetivos do Serviço de Proteção Social Básica e Especial	30 horas Semanais	R\$ 3.000,00	02 vagas + Cadastro Reserva

2. DO CARGO E DAS VAGAS

2.1 - O Credenciamento destina-se ao provimento das funções necessárias no momento e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do presente Credenciamento, referente a função disposta no Anexo I, sempre que houver necessidade de contratação temporária;

2.2 - A função objeto deste Credenciamento, lotação, vagas, especialidade, carga horária e remuneração estão indicadas no Anexo I;

2.3 - A(s) empresa(s) com o seu(s) profissional(s) credenciado(s) serão contratados para o preenchimento das vagas fixadas neste edital e que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente credenciamento.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar no Credenciamento todos os profissionais nas especialidades indicadas no item 1.2, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento.

3.2 - A participação neste credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas nos documentos e componentes deste Edital e legislação pertinente.

3.3 - Fica ciente que a empresa(s) credenciada, com o seu(s) respectivo(s) Profissional, aceitando sua contratação, será lotado, conforme designação do Edital, bem como eventual solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a vaga a que concorrer;

3.4 - Não poderão participar do Credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.5 - Os serviços serão prestados diariamente no município de Buriti Alegre, de acordo com a carga horária necessária e contratada para cada profissional, ou de acordo com disposto no contrato e necessidade real e efetiva.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 - O período do credenciamento inicia no dia 03 de agosto de 2022, das 07:00 às 11:00 horas e/ou 13:00 às 17:00 horas, todas quartas-feiras semanais em caráter permanente, até 28 de dezembro de 2022, no departamento de licitação, sito a Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre – GO.

4.2 - O Procedimento de Credenciamento previsto neste Edital dar-se-á através da entrega, nos dias, horários e local determinado no item 4.1 deste Edital, não sendo possível a juntada de nenhum documento comprobatório após a realização do Credenciamento. Deverá ser entregue em via única, as cópias dos documentos abaixo relacionados dos profissionais vinculados as empresas, bem como ficha dos anexos **(III e IV)** devidamente assinados:

4.2.1 - CPF – Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda;

4.2.2 - CI – Carteira de Identidade/Registro Geral junto a órgão oficial de identificação;

4.2.3 - Documento de Identidade Profissional onde consta o número de inscrição junto à entidade profissional da área de atuação; certificado de conclusão de curso: Diploma – devidamente registrado no órgão ou entidade competente;

4.2.4 - Certificado de Conclusão de Cursos mencionados no Anexo (III) do presente edital na área específica do Credenciamento (Doutorado, Mestrado, Pós Graduação e curso acima de 120 (cento e vinte) horas para nível superior e curso de atualização acima de 08 (oito) horas para nível médio e fundamental);

4.2.5 - Comprovante de endereço atualizado;

4.2.6 - Certidão que comprove adimplência junto ao Conselho Regional da Categoria;

4.2.7 - Certidão negativa de processo junto a Comissão de Ética do Conselho Regional a qual está submetido.

4.2.8 – Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

4.2.9 – Curriculum Vitae.

Obs.* *Todo e qualquer documento com fins comprobatórios de experiência, não mencionado neste rol exemplificativo deverão ser juntados aos demais, seguindo os critérios desde Edital, de forma em que possa ser facilmente compreendido e atestado sua veracidade.*

4.3 – Os formulários de cadastramento, conforme os Anexos (III e IV) estará disponível para retirada e preenchimento no ato de entrega das documentações previstas neste instrumento, dentro do prazo mencionado;

4.3.1 - É de fundamental importância que o profissional preencha de forma correta todos os dados solicitados, sendo que, só serão considerados os dados devidamente comprovados mediante juntada de documentação nos moldes determinados neste Edital;

4.3.2 - O Correto preenchimento do formulário de cadastramento será de total responsabilidade do candidato;

4.4 - Os documentos para o credenciamento deverão ser apresentados em cópias, ficando estes arquivados junto ao Setor de Arquivo/contratos da Secretaria Municipal de controle interno, não sendo autorizada sua posterior extração.

4.5 - Se o interessado se fizer representar por procurador, este deverá juntar à documentação da inscrição cópia do seu documento de identidade, do CPF e do competente instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida em Cartório.

4.6 - As certidões/declarações que não contenham expresso a data de validade, considerar-se-á válida por 60 (sessenta) dias, contados a partir de data de emissão.

4.7 - O inteiro teor do Edital estará disponível no site do Município de Buriti Alegre, **www.buritialegre.go.gov.br**, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento;

4.8. – O credenciamento por si só não gera direitos para o profissional, tampouco obriga a Administração do Fundo Municipal de Assistência Social, ao efetivo credenciamento e/ou contratação. Será credenciado apenas o interessado que for regularmente inscrito nas condições exigidas no presente Edital desde que e quando haja necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social.

4.9 - Não poderão participar no credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8666/93.

4.10 - São as condições de participação dos profissionais vinculados as empresas:

4.10.1 - ser brasileiro nato ou naturalizado;

4.10.2 - encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

4.10.3 - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

4.10.4 - ter nível de formação mínima exigida;

4.10.5 - ter disponibilidade de tempo integral para exercer as atividades previstas;

4.10.6 - conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;

4.10.7 - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data do credenciamento;

4.10.8 - ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da especialidade;

4.10.9 - não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;

4.10.10 - apresentar os documentos que se fizerem necessários por ocasião da contratação.

4.10.11 - O candidato deverá ter disponibilidade da carga horária semanal citada no anexo II, como requisito mínimo a ser preenchido.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1.O Credenciamento será realizado em única etapa: Análise Curricular, de caráter eliminatório e classificatório, onde será avaliada experiência de exercício de atividade profissional na Administração Pública ou Privada, em empregos/cargos especializados na área específica a que se concorre, nível de formação e capacitação profissional, conforme cálculos previsto no anexo VI.

5.1.1 A análise curricular compreende:

5.1.1.1 A investigação da veracidade das informações contidas na documentação apresentada;

Os critérios utilizados para a pontuação são cumulativos, ou seja, a atribuição de pontos por apresentação de um certificado e ou diploma não exclui a consideração de outro, desde que comprovado mediante a apresentação da documentação hábil seguindo os critérios deste Edital.

5.2. Os certificados e diplomas expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior brasileira.

5.3. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.4. Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado somente será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC.

5.5. Para receber a pontuação relativa ao título correspondente a curso de especialização, o candidato deverá comprovar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho.

5.6. Para receber a pontuação relativa ao tempo de experiência na atividade para a qual se candidatou, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área privada;

b) Certidão que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área pública;

c) Contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado.

5.7. A declaração e a certidão mencionadas nas opções “a” e “b” do subitem anterior deverão ser emitidas por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

5.8. A declaração mencionada na opção “c” do subitem 5.6 deste edital, deverá ser emitida pelo contratante.

5.9. Para efeito de pontuação, não será considerada fração de ano nem sobre posição de tempo, salvo, exclusivamente para critério de desempate conforme item 5.6 alínea “b” do referido Edital.

5.10. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.11. Cada título será considerado uma única vez.

5.12. Serão excluídos do Credenciamento o candidato que:

a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da “FICHA DE INSCRIÇÃO”, anexo III, o candidato deverá comparecer ao prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e, preencher documento, indicando seu cargo e mencionando o Processo de Credenciamento, objeto deste Edital.

c) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização do Processo de Credenciamento.

6. DOS PREÇOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO.

6.1 - Os valores dos serviços são os definidos e aprovados pelo **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**), junto a Secretaria Municipal de Saúde, para o serviço/especialidade contratado, constante do anexo II.

6.2 - O pagamento será efetuado mediante comprovação efetiva do serviço, seguido da apresentação da Nota Fiscal, após liberação dos recursos da Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, ou de repasse do município.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 - Os interessados deverão apresentar toda a documentação a qual está contida no *rol* de documentos para serem apresentados, nos dias previstos neste, a partir de sua abertura, no envelope “da documentação”, sendo tais documentos relacionados nos itens 4.2.1 a 4.2.9 e 7.6.1, 7.6.2, 7.6.3, deste Edital.

7.2 - A Habilitação e a Proposta deverão ser protocoladas junto ao departamento de protocolo do município, situado na Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre - GO, em 02 (dois) envelopes separados, lacrados, contendo em sua parte externa e frontal, além do nome do proponente, os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BURITI ALEGRE – FMS.
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2022
NOME DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA

7.3 - O primeiro envelope deverá ter como subtítulo “**HABILITAÇÃO**” e o segundo o subtítulo “**PROPOSTA**”.

7.4 – Os envelopes da habilitação e a proposta serão encaminhados pelo o departamento de protocolo para à Comissão Permanente de licitação, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

7.5 - O envelope “**HABILITAÇÃO**” deverá conter, nos casos abaixo previstos, os documentos indicados nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3, e o seguinte:

I – procuração pública ou particular, desde que com a firma reconhecida, outorgada ao representante com poderes para participar da licitação e decidir questões suscitadas, bem assim assinar pela empresa neste procedimento;

II - Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF do procurador, em caso de participar no certame o procurador;

III - Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF do representante legal da empresa.

IV - Caso o representante for um dos sócios, essa condição será avaliada mediante a análise do contrato social e apresentação de documento de identidade do(s) sócio(s) administrador(es).

7.6 - O envelope da “**PROPOSTA**” deverá conter, nos casos abaixo previstos, além dos **anexos** (III e IV), e os documentos indicados nos itens 4.2.1 ao 4.2.9 de todos os profissionais.

7.7 – Documentos a serem apresentados para a habilitação da(s) empresa(s):

7.6.1. – DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua última alteração (se houver), devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III. Sociedades Civis, de Pessoas Jurídicas, ato constitutivo, prova da inscrição da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou no Conselho Federal competente acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.6.2 – COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL

- I. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, atualizada para o exercício em curso.
- II. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.
- III. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- IV. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de não Contribuinte;
- V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); dentro do prazo de validade;
- VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº. 12.440, de 07 de junho de 2011).

7.6.3 – COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor do juízo da comarca em que se localizara sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, do registro do credenciamento.

7.7 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticados por servidor da Administração Pública.

7.8 - O documento/certidão que não contiver expresso o seu prazo de validade será considerado válido por 30 dias de sua emissão

8 - DA PROPOSTA

8.1- A PROPOSTA deverá conter:

- Relação dos profissionais da empresa conforme formulários (III e IV) em anexo e os documentos indicados nos itens 4.2.1 ao 4.2.9 de todos os profissionais, com a identificação respectiva da profissão e especialidade em que pleiteia o credenciamento;
- Autorização do profissional para ser credenciado pela empresa, quando o profissional não for o sócio administrador;
- Documento de identidade profissional de cada um dos profissionais emitido pelo conselho profissional de cada categoria;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF, de todos os profissionais;
- Comprovante de especialista quando for o caso;

8.2 - A proposta deverá ser preenchida conforme formulários e modelo (anexo IV).

8.3 - Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com o presente Edital e que não forem assinadas pelos proponentes.

8.4 - A Comissão Permanente de Credenciamento não aceitará proposta que contiver quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital ou que apenas ofereça redução sobre a proposta de menor preço.

8.5 - Não serão aceitas reivindicações dos proponentes, pleiteando qualquer adicional de preço por falta ou omissões, que por ventura vierem a ser verificado em sua proposta, ou pedido de desconsideração da mesma, por razões semelhantes.

8.6 - Não serão aceitas propostas via e-mail e/ou outras formas similares que propicie a violação do seu sigilo.

8.7 - Também serão desclassificadas as propostas que contiverem preços inexequíveis e/ou reajustes em moeda estrangeira, conforme legislação vigente.

8.8 - Em caso dos interessados se fazerem representar por prepostos ou representantes estes, deverão se munir de procuração específica para tal ato, com firma reconhecida, ou procuração pública, sob pena de lhes ser vedada impugnar concorrentes, ou a manifestação no procedimento.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1 A Comissão Permanente de Credenciamento incumbe:

- a) Receber os envelopes da proposta e habilitação no local, datas e horários fixados neste Edital;
- b) Proceder à abertura dos envelopes, rubricar os documentos e as propostas;
- c) Lavrar as atas das sessões;
- d) Analisar as propostas;
- e) Proceder ao julgamento.

9.2 Não serão permitidas, após a entrega dos envelopes da proposta e habilitação, complementação e/ou alteração dos documentos exigidos no Edital, podendo, porém, a Comissão em qualquer fase, solicitar esclarecimentos que julgar necessários para a consecução dos objetivos pretendidos.

10. DO JULGAMENTO

10.1 O julgamento da habilitação e da proposta será realizado pela Comissão Permanente de Credenciamento, em até 07 (sete) dias úteis após o protocolo, que se orientarão pelos critérios estabelecidos no presente Edital, abrindo prazo em 05 (cinco) dias para notificação da credenciada, para caso queiro interpor recurso no mesmo prazo.

10.2 A Comissão, recebendo os envelopes, submetê-los-á à análise de todos os participantes, promovendo a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

10.2.1. – Cada empresa, por seu representante, terá o direito de examinar a documentação do seu concorrente, promovendo as impugnações que julgar convenientes ao final da abertura de todos os envelopes respectivos.

11. DOS RECURSOS

11.1 Das decisões proferidas nas fases desse certame cabem os recursos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93, sendo que serão aceitos recurso via e-mail e/ou outras formas similares.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Se nenhuma irregularidade ocorrer, a Comissão Permanente de Credenciamento proporá ao Presidente a homologação do resultado do credenciamento e a adjudicação ao(s) credenciado(s) julgado(s) apto(s), observados os critérios estabelecidos neste Edital.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 - Serão convocados os profissionais credenciados por ordem de preenchimento das vagas fixadas neste edital.

13.2 - Se não forem preenchidas todas as vagas ou se ocorrerem às hipóteses de descredenciamento, rescisão contratual ou acréscimo de serviços, a convocação também se dará por ordem do Fundo Municipal de Assistência Social, realizar dentro do período de vigência do presente edital em caso de esgotamento do cadastro de reserva.

13.3 - O Fundo Municipal de Assistência Social convocará o(s) profissional(is) credenciado(s) para assinatura do contrato de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato (Anexo V).

13.4 - Para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, os profissionais terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período na forma do parágrafo 1º, art. 64, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

13.5 - Os candidatos convocados deverão comparecer, imediatamente, no setor de contratos do município para assinatura do contrato, em conformidade com o edital de convocação.

13.6 - O candidato que não atender a convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no item 13.4, será automaticamente reclassificado para o último lugar da lista de classificação.

13.7 - O registro do credenciamento do profissional não obriga o Fundo Municipal de Assistência Social a efetuar sua contratação. As contratações se darão dentro dos limites de vagas estabelecidos neste edital e de acordo com a demanda.

14. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

14.1 - O contrato que vier a ser firmado entre as partes obedecerá ao disposto no presente Edital de Credenciamento, bem como os dispositivos constantes da Lei Federal nº 8.080/90 e da Lei das Licitações nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14.2 - O referido contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, compreendido a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado de comum acordo entre as partes, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 57, da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

14.3 - O contrato poderá ser alterado mediante a apresentação das devidas justificativas, de acordo com disposição do art. 65, pela Lei 8.666/93.

14.4 - O referido Instrumento contratual poderá ser rescindindo a qualquer momento, quando houver inadimplência de qualquer das partes contratantes, ou em virtude do que dispõe os art. 78 e 79 da referida Lei de Licitações;

14.5 - O contrato administrativo firmado na forma deste credenciamento não gerará vínculo empregatício;

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DOS RECURSOS FINANCEIROS

15.1 - Como recursos orçamentários e financeiros para aporte do credenciamento em epígrafe serão utilizados os constantes da Lei Orçamentária Anual, para cada caso.

15.2 - Financeiros: Serão utilizados recursos próprios de repasse do Município de Buriti Alegre, e os repasses de Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

16. DA RESCISÃO

16.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

16.2 - Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

16.3 - A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

17.1 – Recursos:

a) - Das decisões proferidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social caberão recursos no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

b) - O recurso deverá ser interposto mediante petição impressa de processamento eletrônico de dados (computador), devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

17.2 - Penalidades:

a) - O não cumprimento ou cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei;

b) - A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais previstas.

c) - A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, nos casos não previstos neste edital.

17.3 – Descredenciamento:

17.3.1 - Ocorrerá o descredenciamento quando:

a) - Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital.

b) - Na recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento e na imediata suspensão do direito de licitar com o Município de Buriti Alegre – GO, pelo prazo de 02 (dois) anos;

c) - Quando o credenciado declarar informação falsa, ou que não puder ser comprovada através de documentos.

17.4 – Sanções:

17.4.1 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado, junto ao Fundo Municipal de Assistência Social, poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

a) - Advertência;

b) - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior, sendo neste caso facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 - É de inteira responsabilidade do representante da empresa, acompanhar todas as publicações referentes ao Credenciamento no Diário Oficial do Município e no site do Município de Buriti Alegre, www.buritialegre.go.gov.br.

18.2 - A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como a observância dos preceitos e regulamentações em vigor.

18.3 – O Fundo Municipal de Assistência Social, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este credenciamento.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes (Participantes) pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

18.5 - – São partes integrantes do presente Edital:

- Anexo I - Cargos e especialidade;
- Anexo II - Remuneração, procedimentos, carga horaria;
- Anexo III - Formulário de Cadastramento (Nível Superior);
- Anexo IV - Formulário de Cadastramento (Modelo de Proposta);
- Anexo V - Minuta Contrato de Prestação de Serviços.
- Anexo VI - Análise Curricular

18.6 - Os contratados serão lotados de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social.

18.7 - A aprovação no Credenciamento gera apenas a expectativa de direito à contratação. Fica assegurado o Fundo Municipal de Assistência Social o direito de proceder a contratação dos candidatos classificados que excederem o número de vagas ofertadas, desde que haja demanda de vagas e disponibilidade financeira.

Comissão Permanente de Licitação do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, ao 01 dia do mês de agosto de 2022.

Mauro Martins de Oliveira Júnior
Presidente CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Buriti Alegre – Goiás

CNPJ nº 14.667.287/0001-12

Vigência: Validade do contrato do Credenciamento de 12 meses.

Justificativa: A presente solicitação destina-se ao cadastramento de Pessoas Jurídica para posterior **Credenciamento para o exercício de 2022**, mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços: sendo de 02 (duas) profissionais para atendimento na área de Psicologia, para prestação de serviços na unidade de Assistência Social e para o exercício de 2022.

Sendo o Credenciamento para os seguintes:

ORDEM	PROFISSIONAL	ESPECIALIDADE	CARGA HORARIA	Nº VAGAS
01	Psicólogo (a)	Psicologia	30 horas semanal (Segunda a Sexta-feira)	02 (duas) + Cadastro Reserva

Sendo para área de Psicologia para atender aos usuários que compõem o SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, para fins de atendimentos.

Do Cadastro de Reserva: Será constituído de todos aqueles que apresentarem o requisito básico e não forem eliminados do credenciamento.

Na seguinte Dotação Orçamentária para o exercício de 2022:

Psicologia de Segunda a Sexta-feira	
DOTAÇÃO/FONTE	VALOR PREVISTO
Unidade Orçamentária: 07.01 Função Programática: 08.244.0838.2.146 Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 Ficha: 0489 Fonte de Recurso: 129	Valor pago por cada prestador de serviço é de R\$ 3.000,00 mensal, conforme aprovação do Conselho Municipal de Saúde: <ul style="list-style-type: none">Os profissionais trabalharão de Segunda a Sexta-feira, totalizando em média de 30 (trinta horas semanais), que perfazem um valor estimado por 12 meses, para fins de contratação de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), pelos serviços profissionais.Apresentar Nota Fiscal e Mapa de Produção devidamente assinado e carimbado pelo o profissional e assinado pela Gestora de Assistência Social para pagamento.
TOTAL PREVISTO DO PERÍODO	R\$ 36.000,00

Por se tratar de mera estimativa de gastos, o valor acima não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do município de buriti alegre, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

O presente processo destina-se a cadastrar pessoas Jurídicas para posterior credenciamento, mediante documentação e pedido de inscrição para:

Prestação de serviços de profissionais na Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Social, para execução das atividades de Gestão Social do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que compõem o sistema municipal de assistência social de Buriti Alegre – GO.

1 DA JUSTIFICATIVA

1.1 A presente solicitação trata-se de necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social para atendimento na prestação de serviços pelo quadro próprio, e na falta de credenciamento as pessoas carentes precisam ser encaminhadas a outros municípios. Muitos casos são impossíveis de traslado exigindo que o atendimento seja nesta cidade de Buriti Alegre – GO, outros não justificariam a retirada do município em face do procedimento ser simples

“2 - DAS RESPONSABILIDADES DE CADA ESFERA DE GOVERNO

(...)

“Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de Assistência Social, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território.”

2 DO OBJETO

2.1 - Contratação de pessoas físicas para prestarem serviços especializados, junto a Secretaria de Assistência Social, nas áreas de psicologia, para prestação de serviços na execução das Atividades de Gestão Social do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que compõem o sistema municipal de Assistência Social de Buriti Alegre – GO do profissional da CREDENCIADA neste município de Buriti Alegre, mediante prévia designação da CREDENCIANTE, ou em locais para os quais for designado conforme condições e especificações consignadas neste Termo de Referência, para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Buriti Alegre – GO.

3 DO DETALHEMTO DO OBJETO

Para a execução do objeto, obriga-se para tanto:

3.1 Promover o atendimento a pessoas carentes, nos locais onde for designado, pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Buriti Alegre.

4 LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 Para prestação de serviços na unidade de SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício do ano de 2022.

5 DO RAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação pretendida dar-se-á da data de assinatura do Contrato de Prestação de Serviços oriundo do presente termo, válido por 12 meses.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes deste processo correrão à conta de recursos alocados no Orçamento vigente do Município de Buriti Alegre GO, na seguinte dotação orçamentária:

07 – FMAS Buriti Alegre

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08 – Assistência Social

07.01.08.0838 – Promoção da Assistência Social

07.01.08.0838.244 – Assistência Comunitária

07.01.08.0838.244.2.146 – Bloco P.S.B. (SCFV, PBF, CRAS, PBV III E OUTROS)

0489 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

7 DO PAGAMENTO

7.1 O preço dos serviços ora credenciados se dá pelo trabalho prestado pelo(a) profissional, sendo percebido mensalmente, devendo o profissional entregar documentos de Nota Fiscal e Relatório Mensal de Atendimentos Realizados devidamente assinados pela Gestora de Assistência Social.

7.2 A CREDENCIADA se obriga a entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente toda documentação, os relatórios de atendimento, folha de ponto.

7.3 O pagamento dos serviços prestados será efetuado até o décimo dia do mês.

8 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor mensal estimado da contratação por cada profissional é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) totalizando o valor global anual estimado de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

9 FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A(s) empresa(s) contratada(s), juntamente com os seus respectivos profissional, ficam obrigadas nos termos da legislação em vigor a garantir a realização de serviços na forma pactuada, conforme as especificações determinadas em sua profissão.

10 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação serão aquelas previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 57.

11 PENALIDADES

11.1 - O profissional que, sem justa causa, depois de credenciado não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às penalidades, previstas nos artigos 57 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, abaixo:

11.1.1 - Advertência;

11.1.2- Cancelamento do credenciamento junto ao Cadastro de Profissionais de Assistência Social da Administração Municipal, ficando impedido durante 05 (cinco) anos de participar de novos chamamentos ou a sua contratação pelo poder público.

12 DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social se reserva o direito de fiscalizar como lhe aprouver, e no seu exclusivo interesse o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas em contrato, verificando a procedência dos fornecimentos e serviços prestados.

13 CONDIÇÕES GERAIS

13.1 A tolerância de qualquer parte, relativa às infrações cometidas contra disposições deste termo, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

13.2 A contratada, com o(a) seu(ua) respectivo(a) profissional se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena de aplicação de multa;

13.3 A contratada, com o(a) seu(ua) respectivo(a) profissional, deverá solicitar previamente o afastamento para participar de congressos, cursos, seminários e outros, devendo aguardar em serviço a autorização formal da coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

13.4 O Presente processo é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações;

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Dispêndio: Informamos que o valores estimados orçados para cada especialidade consta nos quadros acima;

14.2 O prazo para os serviços se findará em 01 ANO a contar da assinatura do contrato, podendo ser feito o aditivo nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Em relação a forma de pagamento, será mediante faturamento dos serviços e de acordo com a escala apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, além da folha de ponto apresentada pela direção da Secretaria Municipal de Assistência Social.

14.3 Tipo da contratação: Credenciamento, contrato de prestação de serviços e sem vínculo empregatício.

14.4 O contrato poderá ser alterado e prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.5 As Obrigações:

14.5.1 Atuar como profissional dentro da sua especialidade e formação, atendendo a todos os componentes das famílias residentes neste município, independentemente de cor, raça, sexo, idade, religião ou nacionalidade, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica;

14.5.2 Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial. Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção;

- 14.5.3** Valorizar a relação profissional-paciente e profissional-família como parte de um processo terapêutico de confiança;
- 14.5.4** Comprometer-se ao dia e horário em escala pré-definida pela secretaria contratante;
- 14.5.5** Ao se ausentar do posto de trabalho, por qualquer motivo, deverá comunicar a gestora do FMAS.

15 DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

15.1 Demais informações complementares pertinentes ao objeto e informações adicionais, que visem dirimir eventuais dúvidas na interpretação do presente Termo de Referência e orientar em todos os casos omissos, bem como aquelas para que se alcance êxito na prestação dos serviços, podem ser solicitadas através de encaminhamento, por escrito, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre - GO, pelo e-mail licitacaoburitialegre@hotmail.com ou pelo telefone (64) 3444 - 9907.

15.2 As dúvidas a serem dirimidas por e-mail ou telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais formuladas por escrito.

Fica eleito o Fórum da Comarca de Buriti Alegre, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente.

Buriti Alegre - Goiás, 01 de agosto de 2022.

ANALICE MARTINS CUSTÓDIO
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 016/2017

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

CARGOS E ESPECIALIDADE

Ordens	Profissionais	Especialidades	Nº Vagas
01	Psicólogo (a)	*	02 (Duas Vagas) + Cadastro Reserva

ANEXO II

REMUNERAÇÃO, PROCEDIMENTOS, CARGA HORÁRIA

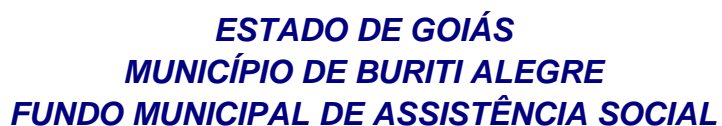
ITEM	PROFISSIONAIS	ESPECIALIDADE	CARGA HORÁRIA	VALORES POR PROCEDIMENTO	VALORES SERVIÇOS		
					VALOR (R\$) UNITÁRIO / PROCEDIMENTO	VALOR (R\$) MÊS	VALOR (R\$) PERÍODO DE 12 MESES
01	Psicólogo (a)	Psicólogo (a)	30 horas semanais	Mensal	3.000,00	3.000,00	36.000,00



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO III
FORMULARIO DE CADASTRAMENTO
Nível Superior

DADOS PESSOAIS		
Nome (Completo):		
Formação:		
Especialidade:		
Nacionalidade:	Data de Nascimento: / /	
Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Outros: _____		
Nome do Pai:	Nacionalidade:	
Nome da Mãe:	Nacionalidade:	
Nome do Cônjuge:		
Endereço completo do profissional:		
CONTATO PREFERENCIAL		
Endereço Eletrônico (E-mail):		
Telefone Consultório: ()	Celular 1: ()	Celular 2: ()
DOCUMENTOS		
Carteira Profissional n°:	Órgão Emissor:	Data de Emissão: / /
Doc. Identidade n°:	Órgão Emissor:	
Tipo de Visto:	Estrangeiro-validade: / /	
CPF:		
Título Eleitor:	Zona:	Seção:
FORMAÇÃO		
Instituição de Ensino Nível Superior:		
Curso:	Conclusão: / /	
Instituição:	Conclusão: / /	
Complementação: () Especialização com Título () Mestrado () Doutorado		
Curso:	Validade: / /	
Curso:	Validade: / /	
Curso:	Validade: / /	
Curso:	Validade: / /	
Data: ____/____/____ Assinatura: _____		

[illegible]



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO - V - MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2022 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2022.

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE FIRMAM O FUNDO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO
DE BURITI ALEGRE-GO E A EMPRESA_____**

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.667.287/0001-12, com sede na Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre - GO, neste ato representada pela Gestora a senhora **Analice Martins Custódio**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº _____ - _____, e CPF nº _____, residente e domiciliada na Rua _____, setor _____, CEP nº _____, nesta cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás, neste simplesmente se designa CREDENCIANTE; e de outro lado a empresa _____, neste simplesmente designada CREDENCIADA; subordinada às cláusulas e condições que se segue; e considerando o processo de credenciamento, convocado pelo **Edital nº 001/2022**, referente ao processo administrativo nº 03516/2022.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é oriundo do processo administrativo nº. ____/____, de acordo com o Credenciamento nº 001/2022, com a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações dadas pela a Lei nº. 8883/94, de 08 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e suas posteriores alterações, e fundamentada pela a instrução normativa do TCM nº 07/2016, e respectivas alterações dada pela instrução normativa do TCM nº 01/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste é a contratação de profissionais definidos pela CREDENCIADA, conforme relação constante do Anexo I, para a terceirização da prestação de serviços dos profissionais na área de psicologia, para o execução das Atividades de Gestão Social do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que compõem o SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, mediante prévia designação da CREDENCIANTE, ou em locais para os quais for designado, obrigando-se, para tanto, a:

I - Promover o atendimento aos pacientes do SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e nos locais onde for designado, pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou unidade de atendimento no município de BURITI ALEGRE, devendo atender pacientes no tempo determinado nos parâmetros para o atendimento social, onde o número máximo de pacientes diários esteja adequado dentro da carga horária determinada neste instrumento.

Rua Goiás, nº 563, Centro – Buriti Alegre – Goiás, CEP 75.660-000
CNPJ: 14.667.287/0001-12 - Fone: (064) 3444-9907

II – O atendimento será realizado no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o(a) profissional da CREDENCIADA deverá atender a quantidade de pacientes diários regulados. Esse número poderá ser majorado se houver pacientes a serem atendidos em caráter de urgência ou emergência, conforme determinação ética do Conselho de Fiscalização de cada Profissão. No caso de não existirem pacientes previamente agendados, deverá ser atendido o paciente que for referenciado ou que comparecerem espontaneamente.

III – Executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificando as vulnerabilidades de indivíduos ou famílias e as necessidades de ofertar orientações qualificadas, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, éticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; desenvolver atividades sócio educativas de apoio, acolhida, reflexão e participação, que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária; atendimento à família (acolhimento, entrevistas, orientação, visitas domiciliares) sempre com a perspectiva multidisciplinar e levando-se em consideração a missão e os objetivos do Serviço de Proteção Social Básica e Especial.

Subcláusula Primeira – No caso de atendimento em sua própria unidade de serviços, devendo realizar o número máximo de consultas diárias, definidas por escrito pela Secretaria de Assistência Social. Os números de consultas poderão ser modificados pela gestora por intermédio de ato, de acordo com a demanda.

Subcláusula Segunda – O(a) profissional que descumprir as escalas elaboradas previamente pelo Diretor responsável de sua respectiva unidade de serviços, salvo em caso fortuito ou força maior, será submetido às penalidades previstas na Cláusula Décima Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata este credenciamento serão prestados na SUAS – Sistema Único de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e SCFV – serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como Programas onde seus serviços forem necessários, mediante prévia designação por intermédio de ato do contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir da assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados nos termos da lei nº 8.666/93, por até 60 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço dos serviços ora credenciados se dá pelo trabalho prestado pelo(s) profissional(is), sendo percebido mensalmente, devendo o(s) profissional(is) descrever os procedimentos atendidos, utilizado na unidade a qual presta seus serviços, sendo estas informações utilizadas para determinar o Boletim de Produção Individual (BPI), APAC'S, que serão expedidos e anexados aos documentos comprobatórios do serviço, no qual ficarão especificados os procedimentos realizados, sendo que os profissionais da CREDENCIADA, deverão se submeter à *Sistemática de Controle e Apontamento*, em que será percebida remuneração mensal, limitados ao número máximo de atendimento diário.

Subcláusula Primeira – Os valores a serem pagos, aos profissionais e aos prestadores de serviço diferentes do estabelecido na presente cláusula estão fixados no anexo II do edital.

Subcláusula Segunda – Pelos serviços efetivamente prestados a CREDENCIANTE, pagará os valores apurados conforme descrito no caput da cláusula quarta, Subcláusula primeira.

Subcláusula Terceira – A CREDENCIADA se obriga a entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao laborado, os mapas de atendimento, escala de frequência, para pagamento das faturas relativas aos serviços prestados, as quais deverão vir acompanhadas dos relatórios individualizados, com discriminação dos serviços prestados pelos profissionais. A CREDENCIANTE se concederá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento destes documentos para apresentar, por escrito, reclamações sobre erros de cálculo dos valores, tomando as devidas providências.

Subcláusula Quarta - Se a credenciada for Empresa Cooperativa, sob o valor dos serviços prestados pelos profissionais será acrescido de 6,53 % (seis vírgula cinquenta e três por cento), a título de administração pelo presente contrato.

Subcláusula Quinta - Do valor global serão deduzidos os impostos competentes na forma da legislação em vigor e da mesma forma pagos pela CREDENCIANTE, aqueles que forem de sua responsabilidade.

Subcláusula Sexta - O pagamento dos serviços prestados será efetuado até o décimo dia útil após repasse dos recursos da Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Subcláusula Sétima - Os valores faturados relativos aos serviços prestados serão pagos diretamente a CREDENCIADA por meio de depósito bancário feita pela CREDENCIANTE.

Subcláusula Oitava - A CREDENCIANTE efetuará o pagamento dos seus profissionais, referente aos serviços prestados que integram o presente CREDENCIAMENTO, na Agência do Banco e conta corrente indicada.

Subcláusula Nona – Fica convencionado entre as partes que a CREDENCIADA receberá o valor correspondente aos serviços prestados ao Fundo Municipal de Assistência Social, mediante Regularidade Fiscal, com a apresentação de **Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais, Federais, INSS, FGTS e Trabalhistas**.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

Os profissionais da CREDENCIADA cumprirão carga semanal definida para cada caso, a ser determinada pelo Responsável da respectiva unidade que presta serviços, por meio de comunicado interno.

CLÁUSULA SEXTA – DO I.S.S.

A CREDENCIADA repassará os valores referentes ao recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza que serão descontados mensalmente junto aos seus profissionais como profissionais autônomos, o qual será recolhido junto à Prefeitura Municipal devendo ser entregue cópia anual do comprovante de pagamento junto a tesouraria do Município, de todos os recolhimentos mensais, realizados durante o ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MATERIAL COMPROBATÓRIO DO SERVIÇO PRESTADO

O material comprobatório do serviço prestado deverá ser elaborado em conformidade as orientações do Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação do F.M.A.S. e ainda conter:

- I- Nome, endereço completos do paciente;
- II- Assinatura do paciente ou impressão digital, este em caso do paciente ser analfabeto;
- III- Código Internacional de Doenças – CID-10;
- IV- Data do atendimento;
- V- Assinatura do Profissional;

CLÁUSULA OITAVA - DOS COMPROMISSOS E DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA se obrigam a atender os pacientes com presteza, atenção, profissionalismo, urbanidade e educação, empregando as melhores e mais atuais técnicas, atuando com ética perante os demais colegas e auxiliares da assistência social.

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA se obrigam, ainda:

- a) a realizar os serviços para os quais foi contratado com zelo, eficiência e dedicação, utilizando todos os recursos assistenciais colocados à sua disposição;
- b) Executar os serviços observando os princípios e as técnicas profissionais, comprometendo-se a manter padrão elevado de atendimento, e em conformidade à ética profissional, primando pela sua qualidade, respeitando as regras impostas pela legislação em vigor.
- c) Não ultrapassar os limites contratuais;
- d) Em caso de pacientes que escapem da sua alçada de atuação, requisitar a presença de especialista. Se forem casos que requeiram atendimento especializado do qual a unidade em que opera não dispõem, encaminhá-lo-á a outra unidade mais capacitada.
- e) Assumindo a escala de serviços, deverá o(a) profissional deverá permanecer nas dependências das unidades nos horários serviços, não poderá se ausentar do local onde for solicitado para prestar os serviços.
- f) Fornecer atestados e prescrições com letra legível.
- g) Apresentar relatório mensal de atendimentos no caso de serviço prestado;
- h) Apresentar-se de forma adequada para a execução dos serviços.
- i) Abster-se do abuso ou desvio de poder.
- j) Notificar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de rescisão contratual, sob pena da aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos serviços prestados no mês anterior a rescisão.

CLÁUSULA NONA – DAS SUBSTITUIÇÕES DE PROFISSIONAL

Nos casos em que pretender a substituição do profissional, por outro profissional da CREDENCIADA, promover a troca de horários, ou emprestar substituto ao seu dia de trabalho, deverá requerer no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem ao horário de sua escala de serviços, por escrito ao responsável da respectiva unidade, e aguardando o seu deferimento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O requerimento deverá descrever o dia da pretensão, o motivo plausível e indicar o nome do substituto para laborar em sua ausência, contendo inclusive a assinatura deste, para demonstrar sua anuência e dar a sua ciência. Qualquer

descumprimento nesse sentido, em especial o abandono do serviço, acarretará ao infrator as penalidades impostas pelo Código de Ética profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PACIENTES GRAVES

Nos casos de pacientes graves atendidos deverá o(s) profissional(is) da CREDENCIADA, após prestarem o atendimento inicial, providenciarem encaminhamento do paciente para outra unidade que disponha do atendimento do qual este necessite, encaminhando-o com laudo/requisição escrita, indicando a hora do atendimento, a hora do encaminhamento, os possíveis diagnósticos, determinando que seja registrado o nome e qualificação de quem atendeu à requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ESCALAS DE SERVIÇOS

Em conformidade com as escalas de serviços, serão afixadas previamente, a critério do responsável no *placard* de cada unidade da assistência social ou estará à disposição para consulta na Diretoria da unidade, não podendo o(s) profissional(is) da CREDENCIADA alegar ignorância quanto a ela.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS E DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIANTE

A CREDENCIANTE se obriga, por força deste ajuste, a facilitar o desenvolvimento das tarefas dos profissionais da CREDENCIADA, mediante a outorga de permissão de visitas aos diversos setores da área da assistência social, bem assim dar condições de trabalho, fornecer papéis e instrumentos de trabalho, quando prestando serviços nas unidades que foram designadas.

Subcláusula primeira - A CREDENCIANTE terá o poder de fiscalização quanto à prestação de serviços do(s) profissional(is) da CREDENCIADA, porém não imiscuirá quanto às técnicas profissionais empregadas, a não ser em casos de negligência, imprudência e imperícia, casos em que, se evidenciados, responderá pessoalmente o profissional cabendo direito de regresso em caso de condenação pela responsabilidade objetiva da administração.

Subcláusula segunda – Incumbe ainda a CREDENCIANTE:

- a) Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados conforme ajustado;
- b) Realizar o controle mensal de atendimentos e procedimentos, nas unidades de serviços.
- c) Alterar, quando preciso e em nome do interesse público, os horários e locais de atendimento, sempre no perímetro urbano de BURITI ALEGRE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS DA CREDENCIADA.

Inexiste vínculo empregatício entre a CREDENCIADA e seus PROFISSIONAIS, razão pela qual a CREDENCIADA, não será responsabilizada, civil ou criminalmente, pelos atos realizados na vigência do contrato, sendo a responsabilidade nestes casos dos próprios profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PROIBIÇÕES A CREDENCIADA

É vedado aos profissionais da CREDENCIADA:

- a) Fornecer atestado à paciente que não esteja sob seu tratamento;
- b) Realizar atendimento, sem autorização prévia da Gestora Municipal, bem como a utilização de produtos e/ou equipamentos pertencentes ao Fundo Municipal de Assistência Social para outros fins, que não os seus próprios, para a efetiva prestação do serviço a população.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

Fica pactuado entre as partes que o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, de conformidade com os Artigos 77 e 78, seção V, da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez observado o interesse público, neste caso, não gerando qualquer ônus ao seu erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

A inobservância pelo profissional da CREDENCIADA de qualquer das cláusulas deste credenciamento ou obrigação constante do credenciamento, ou do dever originado de norma legal ou regularmente pertinente, autorizará a CREDENCIANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar a sua imediata rescisão, sem que caiba qualquer indenização.

O profissional se submeterá as seguintes penalidades da seguinte forma:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão em caso de reincidência e/ou rescisão contratual

Subcláusula primeira- Em caso de o profissional não realizar os serviços ao qual foi designado ou não obter o deferimento em caso de substituição pelo Diretor responsável, será facultado ao gestor aplicar multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor mensal percebido concomitantemente com as penalidades discriminadas acima.

Subcláusula segunda - Implicará, ainda, na rescisão do contrato, a advertência reiterada do profissional da CREDENCIADA pela prática de qualquer ato que implique em prejuízo aos serviços essenciais da assistência social, mediante processo sumário onde seja assegurada ampla defesa.

Subcláusula terceira – A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetivas em que ele ocorreu por critério discricionário do Gestor, e dela será notificada a CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

Para atender às despesas decorrentes deste Contrato especificado na Cláusula Primeira nos itens I, II e III, serão utilizados os recursos da seguinte dotação orçamentária:

07 – FMAS – Buriti Alegre

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.01.08 – Assistência Social

07.01.08.0838 – Promoção da Assistência Social

07.01.08.0838.244 – Assistência Comunitária

07.01.08. 0838. 244.2146 – Bloco P.S.B. (SCFV, PBF, CRAS, PBV III E OUTROS)

0489 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Os valores aqui estabelecidos são **estimados para efeito de empenho**. Sobre estes não está obrigado a CREDENCIANTE a pagamento, somente sobre o serviço efetivamente prestado e atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA NÃO GERAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Em não havendo subordinação direta, tratando-se de locação de serviços por prazo determinado, este contrato não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, tampouco obrigações trabalhistas, pois é decorrente de licitação pública para prestação de serviços insuscetíveis de seleção prévias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Os profissionais da CREDENCIADA ficaram sujeitos à fiscalização da AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO, submetendo a ela os mapas de produção e toda a documentação elencada na Cláusula Sétima deste contrato. Fica, ainda, ciente de que a mesma dispõe da competência de glosar os atendimentos incompatíveis, ou considerados excessivos sem que haja justificção, escrita, motivada dentro das justificativas legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Caso sejam criados novos tributos incidentes sobre o trabalho dos profissionais ou, da CREDENCIADA, ou sendo os atuais alterados, os valores dos custos administrativos deverão ser modificados, tudo para que seja mantido o equilíbrio econômico financeiro.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti Alegre, Estado de Goiás, para nele dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas que a tudo assistiram e reportam.

Buriti Alegre-Goiás, _____ de _____ de 2022.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PESSOA JURÍDICA
Credenciante

Credenciada

Testemunhas:

1ª _____ CPF: _____
Testemunha

2ª _____ CPF: _____
Testemunha

ANEXO VI – ANÁLISE CURRICULAR

<u>Quadro de atribuição de pontos para avaliação curricular nível superior.</u>				
Alínea	Especializações	Parâmetros	Valor Unitário	Valor Total
A	Doutorado	1 título	10 pontos	10 pontos
B	Mestrado	1 título	10 pontos	10 pontos
C	Pós-graduação	1 título	10 pontos	10 pontos
D	Experiência Profissional	até 1 ano	10 pontos	50 pontos
		1 a 5 anos	30 pontos	
		acima de 5 anos	50 pontos	
E	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 08 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	5 pontos	20 pontos
F	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 16 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	10 pontos	40 pontos
G	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 32 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	15 pontos	60 pontos